

As políticas de conservação do meio ambiente da usina hidrelétrica Itaipu Binacional no período de sua construção.

Beatriz Ramalho Ziober*

Resumo: Este trabalho procura abordar o processo de construção da Usina Itaipu Binacional frente ao contexto das questões ambientais. Mais precisamente, os procedimentos adotados durante a construção da usina para a salvaguarda do patrimônio natural ali contido, expresso na biodiversidade da região. Para tanto, considero necessário situar o surgimento da questão ambiental e articular essa questão com a construção da hidrelétrica, num cenário marcado pelo governo militar. Desenvolvimento e impacto ambiental são as questões privilegiadas nessa discussão.

Palavras-chave: meio ambiente, Itaipu Binacional, desenvolvimento.

Abstract: This work researches the building's process of the factory Itaipu Binacional to stand up the context of environments questions. Beyond, the procedures done while the building of the factory to protect the natural heritage include there, showed on a regional biodiversity. Therefore, it is important find the beginning of environment question and argues this question with the hydroelectric building on an age scared by government army. Development and environment impact are the privileged questions in this work

Key-words: environment, Itaipu Binacional, development.

Introdução

Este texto trata de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo principal analisar as políticas de conservação do meio ambiente efetuadas pela Itaipu Binacional no período de sua construção. Para isso, é necessário perceber o estado da discussão sobre o meio ambiente na conjuntura da construção da hidrelétrica, bem como a conjuntura nacional, inserida no contexto desenvolvimentista do governo militar no Brasil.

A construção dessa hidrelétrica começou a ser realizada no ano de 1974, com o objetivo da utilização máxima de energia elétrica que o rio Paraná pudesse proporcionar, incluindo o aproveitamento de seus afluentes Tietê e Paranapanema. O projeto hidrelétrico pretendia atender, devido à localização fronteira, os centros consumidores do Sudeste e Sul do Brasil e todo o Paraguai. Pelas condições abundantes do rio Paraná o projeto almejava produzir 75 bilhões de KW/ano. Para a realização dessa grande obra seria necessário desviar o rio para a construção da barragem e, nesse sentido, seria utilizado muito ferro e concreto até a obra estivesse concluída. (RIBEIRO, 2002) (MAZZAROLLO, 2003).

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

A edificação de uma obra dessa proporção, a partir da modificação de uma região dotada de grande biodiversidade, acarretou um impacto ambiental muito grande, como a inundação de uma grande quantidade de floresta, a perda de inúmeras espécies animais, o deslocamento da população local, entre outros impactos. (MAZZAROLLO, 2003). É interessante perceber, ao ler os planos de conservação do meio ambiente, que a Itaipu dizia-se consciente dos impactos que a obra causava já nos primeiros anos de sua construção.

As políticas de conservação do meio ambiente formuladas pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional foram iniciadas a partir do ano de 1975, um ano depois do início de sua construção. Este projeto foi denominado de *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente* e deu margem para a formulação de outros projetos que visavam a conservação dos animais e da vegetação que havia no local. Nos anos posteriores foram realizados Seminários da Itaipu Binacional sobre o Meio Ambiente, mais especificamente nos anos de 1979 e 1987. (MAZZAROLLO, 2003)

Estes planos para a proteção da fauna e da flora da região são marcas de um período caracterizado pelo surgimento das preocupações com o meio ambiente em âmbito internacional, devido à percepção de que as ações humanas causavam desgastes na Natureza. Por outro lado, a política interna do Brasil, no período, foi marcada pela busca do desenvolvimento econômico, presente na proposta dos presidentes militares da época. A construção da Itaipu é um entendimento dessa idéia de progresso.

Diante disso, busco analisar a idéia de conservação da natureza proposta pela Itaipu, inserida num momento que é marcado tanto pela percepção de que o desenvolvimento causava a devastação do meio ambiente, quanto pela idéia desenvolvimentista no Brasil.

1. O surgimento das preocupações ambientais

As formas como os homens agem em sociedade já são por si só causadoras de impactos. No entanto, nem sempre o homem viu a sua relação com a natureza dessa forma. Por muitos anos as intervenções provocadas pelos homens no meio ambiente foram vistas como um processo para melhorar as formas de vida na Terra. Isso tudo porque o ser humano era visto como superior comparado aos outros seres, capaz de construir suas cidades, objetos religiosos, de se comunicar, de pensar. A partir do desenvolvimento da ciência (século XVII, XVIII), todas essas crenças de superioridade passaram a ser comprovadas pelas leis da física e da matemática. René Descartes já percebia uma semelhança entre as máquinas feitas pelos homens e os corpos da natureza; Francis Bacon acreditava que o mundo havia sido criado para o homem, e não o homem para o mundo. Por meio das pesquisas científicas os homens

acreditavam que dominariam a Natureza e não se viam como pertencentes a esta, eles eram superiores e por este motivo consideravam como a parte dela. O crescente desenvolvimento científico do século XVIII foi essencial para o surgimento da idéia de progresso. As idéias de progresso sem limites faziam com que os homens pensassem estar sob o comando das forças da Natureza. Acreditavam que possuíam domínio total desta. (LENOBLE, 1969) (PONTING, 1995)

Essa idéia provocou graves desgastes ambientais na Terra, acarretando inúmeros desastres no meio ambiente, que foram percebidos a partir dos anos de 1960 e 1970. Em um primeiro momento os homens perceberam que os gases soltos pelas indústrias causavam problemas respiratórios em pessoas que moravam próximas a estas áreas, foram feitas análises e foi comprovado que estas fumaças realmente traziam malefícios à saúde. Nos anos posteriores, a partir de estudos mais aprofundados, descobriu-se que a camada de ozônio, protetora dos raios solares, era destruída. Além disso outros desastres ambientais ocorreram, como exemplo é possível citar a explosão da usina nuclear em Chernobyl, no ano de 1986, na antiga URSS, que trouxe inúmeros danos à saúde da população e ao meio ambiente. Discussões de problemas como as chuvas-ácidas, a desertificação e o aquecimento do planeta começaram a aparecer por meio de inúmeros acordos internacionais que procuravam solucionar esses problemas (RIBEIRO, 2001).

O que é possível perceber é que os homens não possuíam esse conhecimento tão grande sobre a Natureza como imaginavam possuir. Para esclarecer melhor essa questão é importante observar o que:

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente abriu a via da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso a crise ambiental é sobretudo um problema de conhecimento, o que leva a repensar o ser do mundo complexo (...) (LEFF, 2003: 15- 16)

Surge, portanto, uma nova racionalidade sobre o mundo que substitui a racionalidade científica. Essa passa a ser denominada conforme Enrique Leff, como racionalidade ambiental, na qual o homem passou a pensar nas consequências que suas ações causavam no meio ambiente. Racionalidade que permite um repensar nas formas de como organizar o mundo. Para este autor, o que faltou para os homens foi a compreensão de que o mundo é

complexo, pois “a ciência simplificadora, ao desconhecer a complexidade do real, construiu uma economia mecanicista e uma racionalidade tecnológica que negaram os potenciais da natureza” (LEFF, 2003: 39), esta crise ambiental pode ser descrita como o “desconhecimento do conhecimento”.

Esta crise é difícil e complexa de ser resolvida, pois ela é fruto do modelo econômico capitalista em que vivemos, que impulsionou o desenvolvimento, defendeu a técnica e acreditou que o aprimoramento técnico levaria necessariamente a um mundo melhor. Com isso empregou meios que acarretaram a contaminação da terra, do ar, da água e comprometeram o futuro da espécie humana no planeta.

A confiança no desenvolvimento tecnológico marcou gerações e gerações e tornou-se um modelo dominante de entendimento de mundo. Para que esse pensamento se modifique faz-se necessário uma reestruturação do modo de pensar e no comportamento dos seres humanos. É necessário pensar a terra como um bem comum e não buscando necessidades individuais, proporcionadas pela economia em que vivemos. Portanto, as atitudes tomadas a favor do meio ambiente podem ser pensadas como um apelo da população para uma nova organização e nova fundação de ordem política (LEIS, 1995).

Surgiram então, em meados do século XX, diversas correntes ambientalistas que tinham como objetivo perceber o homem em seu ambiente, não como um ser superior e dominante, mas no sentido de que todos os seres da terra são interligados e importantes. Estas correntes foram amparadas pelas ideias do movimento romântico de fins do século XVIII e início do XIX que, expresso na literatura, música, pintura e artes dramáticas, significou uma reação contra as mudanças sociais que acompanhavam o capitalismo industrial em expansão no século XVIII. Os românticos censuravam a industrialização e exaltavam as paisagens naturais ainda não sofridas com a ação humana. Algumas das ideias desse movimento romântico influenciaram e foram utilizadas nos movimentos ambientalistas do século XX (PEPPER, 1996).

A partir dessa nova racionalidade é que é possível entender as atitudes internacionais tomadas para tentar regular a destruição que os homens causavam na Terra. Os problemas ambientais devem ser entendidos como problemas que não atingem apenas os locais onde ocorrerem, esses tipos de problemas não possuem fronteiras. A poluição causada pelas indústrias, a partir a emissão de gases tóxicos na atmosfera ou dos detritos jogados nos rios, ocorridos em determinada região, não atingem somente esses locais em que ocorreram, elas ultrapassam fronteiras e atingem os mais variados locais. É nesse sentido que foi necessário criar alternativas que envolvessem diversos países da terra, e assim surgiu a Ordem Ambiental

Internacional para discutir e solucionar os problemas relativos ao meio ambiente (RIBEIRO, 2001).

Os primeiros tratados ambientais internacionais datam dos primeiros anos do século XX, e tinham como temas principais a preocupação da saúde da população que sofria doenças respiratórias causadas pela poluição da industrialização; e a necessidade de evitarem o extermínio de animais, em locais como na África, onde a caça de animais era constante. Essas primeiras iniciativas de barrarem algumas ações humanas que eram prejudiciais ao ambiente não obtiveram muito sucesso e relevância internacional. Após a criação da ONU, no fim da Segunda Guerra Mundial, algumas iniciativas foram tomadas em relação à Natureza, como a Conferência da Biosfera¹, a Conferência de Ramsar², entre outras, e que ainda não puderam dar visibilidade dos problemas ambientais, mas foram à base para a conferência de Estocolmo. Essa repercussão maior sobre os problemas ambientais só pode ser percebida após a realização desta última conferência, no ano de 1972. (RIBEIRO, 2001)

Esta conferência, que ocorreu em Estocolmo, na Suécia, foi denominada de Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano, e foi divulgado neste local o relatório do Clube de Roma³. Os assuntos mais discutidos na conferência de Estocolmo foram a poluição atmosférica, a poluição da água e dos solos, tipos estes de poluições causadas pela industrialização. Procuraram elaborar estratégias para conter as poluições. Além desse assunto, foram discutidas ainda as consequências que o crescimento demográfico exerceria sobre os recursos da Terra⁴. As duas principais teses que foram discutidas nessa conferência foram a do crescimento zero e a desenvolvimentista. Na primeira estavam posicionados aqueles que desejavam barrar o crescimento econômico e industrial; na segunda estavam os que reivindicavam o crescimento trazido pela indústria. Nesta última, podemos enquadrar os países de periferia, como o Brasil. (RIBEIRO, 2001)

O posicionamento do Brasil pode ser melhor entendido a partir de Ribeiro:

¹ Ocorreu em Paris, no ano de 1968, com o intuito da conservação racional dos recursos naturais, sendo discutidos os impactos causados pelos homens na biosfera.

² Ocorreu em Ramsar, no Irã, no ano de 1971, sendo uma convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional, tendo como objetivo principal proteger os ambientes onde viviam os pássaros dependentes desses locais.

³ Conhecido também como Relatório Meadows, formulado por um grupo de pesquisadores liderados por Dennis L. Meadows, que publicou “Os Limites do crescimento”. Por meio desse documento os cientistas do grupo afirmaram que o estancamento do crescimento da população e do capital industrial eram medidas necessárias para que se preservasse a vida dos homens na Terra.

⁴ O Clube de Roma, acima citado, foi o maior divulgador das idéias de Malthus, acreditando ser necessário conter o crescimento da população, pois se este fosse maior que a produção de alimentos, ocorreria luta por estes alimentos. Daí surgiram inúmeras políticas de controles demográficos em países como Brasil, Índia e México.

Os países da periferia insurgiram-se contra esse argumento, pedindo desenvolvimento, ainda que com ele viesse a poluição. Uma frase do representante do Brasil na ocasião é paradigmática deste projeto: “Venham (as indústrias) para o Brasil. Nós ainda não temos poluição” (RIBEIRO, 2001: 80).

O posicionamento que saiu vencedor nesta conferência foi o desenvolvimentista.

Nos anos seguintes foram criados órgãos para cuidar dos problemas ambientais, como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), e os eventos para discutirem esses assuntos colocados como problemas internacionais continuaram a ocorrer. Nessas reuniões foram discutidas alternativas para o meio ambiente, surgiu assim o conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito foi um amadurecimento das primeiras alternativas de desenvolvimento que se diziam preocupadas com o meio ambiente, o ecodesenvolvimento, que tinha como um de seus fundadores Maurice Strong⁵ e Ignacy Sachs⁶.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi um aprofundamento dessas alternativas de desenvolvimento que surgiam. Seu relatório foi divulgado no ano de 1987, liderado pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e que por esse motivo o relatório “Nosso Futuro Comum” é conhecido também como relatório de Brundtland. O que vale observar dessa nova alternativa de desenvolvimento é ela busca equilibrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, para utilizar-se dos recursos renováveis e causar menos impactos na natureza, preocupando com as gerações futuras, para que estas possam desenvolver-se assim como desenvolvem as gerações atuais.

Esses inúmeros eventos internacionais que surgiram a partir de meados do século XX sobre o meio ambiente, bem como as inúmeras correntes ambientalistas, mostram as preocupações com o meio ambiente em formação. Os projetos da hidrelétrica Itaipu Binacional para conservar o ambiente local, que se enquadram nesse período de preocupações com o meio ambiente, via necessário o surgimento de políticas que se enquadrassem na ordem ambiental internacional. No entanto, não se pode esquecer que o Brasil vivia um período desenvolvimentista no qual afirmavam que eram necessárias indústrias de grande porte e obras da proporção da Itaipu para o progresso do país. É isso que será discutido a seguir.

⁵ Secretário das conferências de Estocolmo-72 e da Rio-92.

⁶ Economista e sociólogo polonês que ajudou a formular o conceito de ecodesenvolvimento nos anos de 1970. Trabalhou na organização da Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a Estocolmo-1972, realizada na Suécia, e na Cúpula da Terra, ou a Rio 1992.

2. Na busca do desenvolvimento, o início das obras da Itaipu Binacional.

O período entre os acordos e construção da Itaipu foi marcado por uma forte idéia de progresso. Isso porque era esse o entendimento do governo militar à frente do país na ocasião. A política voltada para a maximização e aceleração do crescimento econômico foi marca do governo militar, principalmente na presidência dos generais Costa e Silva e Médici. O período do chamado “milagre econômico” brasileiro foi um período no qual se estimulava a entrada de capitais estrangeiros, proliferaram os investimentos privados, em que o papel do Estado como interventor foi ampliado, patrocinando grandes obras de infra-estrutura, e os investimentos concentraram-se principalmente nas áreas de telecomunicações, energia e siderurgia. Esses empreendimentos permitiram ao Brasil grande expansão econômica em um curto período de tempo. A euforia na idéia de desenvolvimento e elevação do país à categoria de nação moderna foi o que levou os militares a realizarem grandes obras. (COUTO, 1999)

No ano de 1973 ocorreu uma alta no preço do petróleo estrangeiro. As indústrias brasileiras eram extremamente dependentes desse petróleo e corria-se o risco de não mais poder manter o “milagre” na ativa. A resposta dos governantes à crise do petróleo foi lançar mega projetos como a construção de usinas nucleares, os programas de conversão da cana-de-açúcar em combustível e a expansão no sistema hidrelétrico. Para a realização desses projetos e para suprir a crise foram obtidos empréstimos dos bancos estrangeiros. (DEAN, 2003)

As pesquisas efetuadas no Rio Paraná sobre a verificação do potencial elétrico para a construção da hidrelétrica Itaipu Binacional ocorreram por parte dos países envolvidos, Brasil e Paraguai, desde meados dos anos 1960. Em 1966 foi assinada uma declaração, a denominada “Ata do Iguazu”, na qual os governos dos dois países se dispunham a fazer um estudo sobre o potencial do rio. Em 1970 foi firmado um Convênio de Cooperação entre as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, do Brasil, e a Administración Nacional de Eletricidad – ANDE, do Paraguai. Essas empresas realizaram estudos mais bem detalhados para definir melhor o plano de aproveitamento da área. Em 1973 foi firmado o tratado entre Brasil e Paraguai⁷, a edificação da obra começou a ser realizada no ano de 1974. Foram selecionadas as principais construtoras brasileiras e paraguaias para a execução da obra⁸. (MAZZAROLLO, 2003).

⁷ A assinatura do tratado ocorreu em Brasília, no dia 26 de abril de 1973, sendo que este criou a entidade binacional denominada Itaipu. Ficou estabelecido neste tratado o princípio da divisão equitativa de energia a ser produzida, reservando a cada país o direito de aquisição de energia não utilizada pelo outro país.

⁸ As cinco firmas brasileiras selecionadas formaram a UNICON – União de Construtoras Ltda., e as firmas paraguaias formaram a CONEMPA – Consorcio de Empresas Constructoras Paraguayas S.R.L.

Dentre os projetos existentes para a construção da hidrelétrica⁹, o escolhido, permitia a máxima exploração do potencial energético disponível. É importante perceber que se tivesse deixado para os anos posteriores a elaboração do projeto, provavelmente uma obra dessa proporção não seria aprovada (MAZZAROLLO, 2003). Para entender a grandiosidade desta obra é preciso notar que:

Para a instalação do canteiro de obras, a formação do reservatório de água (com capacidade para 29 milhões de metros cúbicos) e para a faixa de segurança, passaram ao domínio da Itaipu Binacional 1.800 quilômetros quadrados de terras (1.000 do Brasil e 800 no Paraguai). Desse total, a água cobre 835 quilômetros quadrados no Brasil e 625 no Paraguai. O Lago da Itaipu equivale a três Baías de Guanabara. Foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem paraguaia, cerca de 20.000. (MAZZAROLLO, 2003: 26)

Percebida a grandiosidade da obra, os dirigentes da construção de Itaipu diziam-se preocupados com a conservação do ambiente da região. Para isso, desenvolveram no ano de 1975, o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente, com o intuito de “atenuar algumas conseqüências negativas do empreendimento, enfatizar e aperfeiçoar, gradativamente, os benefícios e outros aproveitamentos que o reservatório trará à vasta região” (MAZZAROLLO, 2003:180).

Nesse plano de conservação ambiental já se propunha a criação de um museu com o intuito de se obter um acervo das pesquisas realizadas pela Itaipu de antes, durante e após a formação do lago. No ano de 1987 foi criado o Ecomuseu para realizar pesquisas e conservar elementos naturais e culturais representativos da região. Nesse plano os dirigentes da Itaipu também pretendiam criar zoológicos, realizarem estudo dos peixes, da água, do clima, da vegetação da região, levantamentos sobre o solo e sobre os aspectos arqueológicos e históricos. Por meio desse plano foram realizadas atividades de coleta, identificação e salvaguarda dos elementos que eram considerados importantes de serem conservados.

Foram feitos levantamentos dos animais e da vegetação existente na região, e identificaram-se 623 espécies botânicas, 70 espécies de mamíferos, 252 espécies de aves, cerca de 1.600 espécies de insetos e 23 espécies de répteis. Durante essas coletas foram descobertos ainda 210 sítios arqueológicos na margem brasileira. A idéia era de que grande parte desses animais fossem resgatados antes da formação de seu reservatório.

⁹ Um outro projeto existente, planejado por Octávio Marcondes Ferraz, diretor da Eletrobrás no ano de 1964, possuía um plano de construção menor do que o aprovado. Neste plano a Itaipu seria pertenceria apenas ao Brasil.

Planos com o intuito de realizarem educação ambiental na população e nos trabalhadores da Itaipu, além de uma ampla gama de projetos que visavam atenuar os efeitos provocados pela construção da hidrelétrica foram discutidos no *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente*. Algumas realizações desses projetos são vistas no Primeiro Seminário da Itaipu Binacional do ano de 1979, e no Segundo Seminário do ano de 1987, como a criação do Ecomuseu, parques para a conservação da vegetação restante, zoológicos e outros inúmeros projetos que pretendiam mostrar o seu engajamento mediante a proteção do ambiente da região.

O Projeto para a construção da Itaipu Binacional permitiu a submersão das Sete Quedas. Junto com as quedas desapareceu parte dos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Terra Rocha.

As quedas de Guaíra faziam parte do Parque Nacional das Sete Quedas, e na época da construção da hidrelétrica esta era subordinada ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Este parque foi extinto em julho de 1981, pelo presidente Figueiredo, para a formação do lago da Itaipu. Sob a forte idéia de progresso e crescimento do país, uma parte do leito natural do Rio Paraná foi desviada e formou-se um reservatório de aproximadamente 200 quilômetros quadrados. Em 1982 formou-se o lago da até então maior hidrelétrica do mundo, que durou apenas quatorze dias para ficar completamente submerso.

No entanto, nem toda a população da região estava a favor da construção da Itaipu. É interessante notar o que a perda das Sete Quedas significou para a memória da população local, pois a modificação da paisagem alterou profundamente a forma de vida dos respectivos moradores. Para a população local, assistir o alagamento do território possuía um significado diferente do que para os interessados na construção da Itaipu - que pensavam, em primeiro lugar, no desenvolvimento da nação. A destruição das Sete Quedas significava a perda de uma paisagem que fazia parte dessa população há anos, e que agora só permaneceria na memória dos que ali viveram. (SANTOS, 2006)

É importante perceber que a força do homem destruiu e modificou em poucos anos o que a Natureza levou milhares de anos para formar. As manifestações que desejavam conservar este local não possuíam força suficiente para barrar a construção desta obra. (SANTOS, 2006) (RIBEIRO, 2002).

Conclusões parciais

A partir dos estudos efetuados até este momento percebo que, mesmo existindo planos para conter e atenuar os danos houve uma grande perda da biodiversidade local, legitimada pela ideia de progresso e desenvolvimento do país. Como se vê, os militares buscavam o

desenvolvimento do país a qualquer custo. Era necessária a realização de grandes obras para que o país se transformasse em uma nação moderna, e a edificação da Itaipu estava inserida nestas obras.

Os discursos oficiais buscaram construir uma imagem da Itaipu que ainda hoje está muito presente: uma imagem de modernidade, progresso e grandiosidade. Por mais que nos anos em que a Itaipu foi construída já se falasse em impactos ambientais - pois muitos dos eventos ambientalistas que discutiam desenvolvimento e conservação do meio ambiente aconteciam nesse período - o desenvolvimento e o crescimento econômico dominavam o discurso e as práticas dos governantes do Brasil. Nesse sentido, o alagamento de vasta região foi defendido pelos militares, por mais que houvesse resistência dos moradores locais e de grupos ambientalistas.

A gigantesca obra inundou uma grande quantidade de floresta e houve a perda da biodiversidade local, afetando o habitat dos seres que ali viviam. É possível perceber, através dessa pequena discussão sobre o assunto, que os impactos causados pela construção da Itaipu não foram pequenos. Afetaram tanto a vida das pessoas que moravam na região, como a dos outros seres que dependiam daquele habitat para sobreviverem (DEAN, 1996). A Itaipu foi construída por meio das idéias de desenvolvimento econômico e progresso, mas dizia-se estar ciente dos problemas causados por essa construção. Este foi o período em que os problemas ambientais começaram a ser conhecidos internacionalmente, mas no Brasil estas idéias ainda não tinham força suficiente para barrarem a construção da obra. Mesmo assim foram elaborados planos para tentar reduzir os impactos causados. Questões como essas merecem uma discussão mais aprofundada. Penso que isso justifica o projeto que estou a realizar.

Referências

- COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura:** Brasil, 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DEAN, W. **A Ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEFF, E. **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.
- LEIS, H. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania.** São Paul: Cortez, 1995
- LENOBLE, R. **História da idéia de natureza.** Lisboa: Edições 70, 1969.
- MAZZAROLLO, J. **A Taipa da injustiça.** São Paulo: Loyola, 2003.
- PEPPER, D. **Ambientalismo Moderno.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- PONTING, C. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1995.
- RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do concreto:** vozes na construção da Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, Contexto, 2005.

SANTOS, A. P. dos. **Lago de Memórias**: A submersão das Sete Quedas. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.